

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 07, 08 e 09/10/2008.

Aos sete dias do mês de outubro de dois mil e oito, às dez horas, no Salão Azul do Hotel Nacional, situado no Setor Hoteleiro Sul - Quadra 01 - Bloco A, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a décima oitava reunião ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 112 conselheiros, sendo 71 titulares, 41 suplentes e 07 observadores, conforme **Anexo I**. Os titulares foram representados por 11 conselheiros do Poder Público Federal, 05 conselheiros do Poder Público Estadual, 10 conselheiros do Poder Público Municipal, 20 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 09 conselheiros das Entidades Empresariais, 06 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 06 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 04 conselheiros das Organizações Não Governamentais. Estavam presentes ainda o Sr. Faustino Mesquita, representante da Ação Angolana para o Melhoramento e Apoio ao Meio Rural (AMMAR), o Sr. Mbuta Pascal da Fonga, representante do Fórum das Organizações Não Governamentais Angolanas, O Sr. Ivan Carneiro Castanheiro, Procurador do Ministério Público do Estado de São Paulo e o Sr. Fernando Chucre, Deputado Federal da Comissão de Desenvolvimento Urbano. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Sr. Elcione Diniz Macedo, saudou a todos e deu início à 18ª reunião ordinária do Conselho das Cidades. Na seqüência, passou à composição da Comissão Coordenadora dos trabalhos convocando o Sr. Ricardo Gouvêa (Fundação Bento Rubião) das Organizações Não Governamentais, o Sr. Laerte Oliveira (FNE) das Entidades de Trabalhadores, o Sr. Miguel Reis (FNP), do Poder Público Municipal, o Sr. Túlio Tavares (Governo do Estado de Santa Catarina) do Poder Público Estadual e o Sr. Miguel Lobato (MNLM) e o Sr. Marcos Landa (MNLM) das Entidades do Movimento Popular. Em seguida, o Secretário-Executivo, apresentou a seguinte proposta de pauta para aprovação do Plenário: **1. Debate sobre o Projeto de Lei 3.057/00; 2. Apresentação de proposta de posicionamento do ConCidades sobre o PL 3.057/00 e deliberação do Plenário; 3. Lançamento do Selo Comemorativo do Brasil no Ano Internacional do Saneamento; 4. Assinatura da Instrução Normativa nº 47 do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – CGFNHIS; 5. Relato dos encaminhamentos das Resoluções aprovadas na 17ª reunião ordinária do Conselho das Cidades; 6. Votação das Resoluções; 7. Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 13/03; 8. Informes dos Comitês Técnicos e dos Grupos de Trabalho.** O Sr. Elcione Diniz colocou em votação a proposta de pauta. Os integrantes do Grupo de Trabalho sobre o PL 3.057/00 propuseram que a discussão do primeiro ponto de pauta fosse intercalada com a reunião dos segmentos e seguida da deliberação sobre os encaminhamentos. A proposta do Grupo de Trabalho foi aprovada. Logo após, a ata da décima sétima reunião ordinária do ConCidades foi lida e aprovada pelo Plenário e encaminhou-se o primeiro ponto de pauta. **1. Debate sobre o Projeto de Lei de Responsabilidade Territorial - PL 3.057/00.** O Sr. Elcione Diniz, Secretário-Executivo do Conselho convidou a Secretária Nacional de Programas Urbanos, Teresa Jucá, a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães e o conselheiro Nelson Saule para comporem a mesa. O debate iniciou com os relatos dos Seminários Regionais sobre o PL 3.057/00 realizados pela Sra. Carmen Gomes (Região Sul), o conselheiro Laerte Oliveira (Região Sudeste), a conselheira Graça Torreão (Região Nordeste), a conselheira Edymar Fernandes (Região Centro-Oeste) e pelo Sr. Celso Carvalho (Região

Norte). O Sr. Elcione Diniz informou que foi entregue aos conselheiros, relatório parcial da Comissão de Estudo e Acompanhamento do Substitutivo ao PL 3.057/00 do Ministério Público do Estado de São Paulo. Logo após, o conselheiro Nelson Saule apresentou o documento “Síntese das propostas dos Seminários Regionais do PL 3.057/00”, produzido pelo Grupo de Trabalho PL 3.057/00. O conselheiro destacou as principais propostas apresentadas nos seminários regionais. A primeira proposta é de consenso e diz respeito à necessidade de incluir na redação do PL, um artigo inicial com as diretrizes e princípios da política urbana, com base no Estatuto da Cidade. A segunda proposta apresentada, também de consenso, refere-se ao estabelecimento de um tratamento adequado para propiciar o aumento da oferta de lotes urbanizados para produção de habitação de interesse social, no entanto, não há consenso na forma que este assunto será tratado no PL, bem como não há consenso quanto à pertinência da necessidade da inclusão da modalidade de parcelamento de interesse social e quanto à doação de área para a implantação de programas habitacionais de interesse social ou de recursos para o fundo municipal de habitação. A questão da infra-estrutura básica foi um dos temas bastante debatidos nos seminários regionais e com diferentes propostas dos segmentos. O condomínio urbanístico e a modalidade de loteamento com controle de acesso também foram objetos de discussão dos seminários e não há consenso sobre estes pontos do PL. O conselheiro Nelson Saule apresentou ainda que não houve consenso com relação à competência de licenciamento, a regularização fundiária sustentável, os contratos de direito do consumidor e a regularização fundiária de interesse social em Área de Preservação Permanente - APP. Por fim, foi apresentada a proposta de inclusão no PL da definição de plano de expansão urbana. A conselheira Arlete Moysés apresentou resumidamente uma tese de doutorado com mapas da região metropolitana de Campinas para demonstrar o crescimento dos condomínios e loteamentos fechados na cidade, de forma a fragmentá-la devido a interesses específicos e não sociais. A conselheira Regina Ferreira reforça a posição apresentada pela conselheira Arlete Moysés e ressalta que a previsão de reserva de áreas dos novos parcelamentos para a habitação de interesse social é um importante avanço para tratar a questão do déficit habitacional. O conselheiro Ênio Nonato defendeu que a infra-estrutura básica prevista no PL deve prever a energia elétrica, o esgotamento sanitário e o abastecimento de água. O Deputado Federal Fernando Chucre expôs a importância de aliar a discussão sobre a infra-estrutura básica com a autonomia municipal garantida pela Constituição Federal e pelo Estatuto das Cidades. O conselheiro Jurandir Guatassara ressalta que esta autonomia é garantida na Constituição Federal de 1988 e finaliza defendendo que o município que deve ser o responsável sobre o respectivo território, inclusive quando se trata de licenciamento. O Sr. Cleber Lago da Secretaria Nacional de Habitação ressaltou que a questão central para a discussão do PL não é a autonomia municipal, sim a questão da propriedade e do conflito entre o interesse público e o interesse privado. O conselheiro Miguel Lobato enfatizou que é preciso que o Conselho realize o debate com o esclarecimento que a iniciativa deste PL foi para priorizar a regularização fundiária de interesse social e não a questão da regularização do condomínio fechado. O conselheiro Carlos Marun relatou o Fórum Nacional de Secretários de Habitação realizou reunião, na qual definiram alguns posicionamentos sobre aspectos no PL que consideram fundamentais. Apresentou que o Fórum defende a inclusão da iluminação pública como infra-estrutura básica, no entanto, mantêm a posição de não inclusão da pavimentação. Ressaltou ainda, que o Fórum tem posicionamento favorável a inclusão do banco de lotes e da desburocratização do licenciamento. O conselheiro Nelson Saule expõe a pertinência da pergunta: “Qual a finalidade objetiva desta legislação e qual cidade que queremos?” e de nos questionarmos sobre a maneira em que a cidade foi construída, para que a legislação discipline de forma a alcançar cidades mais adequadas, justas e sustentáveis. O conselheiro acrescenta ainda que os loteamentos fechados não são o ponto central deste PL, no entanto, é preciso abordá-lo no documento, de forma a definir regras que evitem a constituição de novos loteamentos. A Secretária Inês Magalhães ressaltou a importância do Conselho realizar debate e ter uma posição sobre a regularização em Áreas de Preservação Permanente. Logo após a reunião dos segmentos, o

conselheiro Jurandir Guatassara expressou que o segmento Poder Público Municipal necessita de um espaço maior para discutir os pontos polêmicos do PL e que ainda não há consenso em muitas questões no segmento. Em seguida, a conselheira Arlete Moysés iniciou sua fala como representante do segmento Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa, expondo que o segmento não firmou nenhum posicionamento e que consideram que o conselho é o espaço para realizar os pactos sobre este Projeto de Lei. O conselheiro Laerte Oliveira, representante do segmento de trabalhadores, informou que o segmento é favorável à inclusão da pavimentação como infra-estrutura básica e que há necessidade de aprofundar a discussão entre os segmentos. O conselheiro Raul Carrion representou o segmento Poder Público Estadual e expôs que o segmento discutiu e posicionou-se sobre algumas questões. A primeira trata da questão do licenciamento e o segmento propõe a necessidade de anuência do governo do estado sobre o parcelamento do solo de um município, quando este parcelamento provocar impacto urbanístico direto ou indireto em outros municípios. Apresentou ainda que é consenso incluir a iluminação pública na infra-estrutura básica e sobre a previsão de reservar percentual de lotes para a população de baixa renda. O conselheiro informou ainda que o segmento sugere a inclusão do prazo de um ano, a contar da homologação da Lei, para que o Poder Público faça o registro imobiliário. O conselheiro Marcos Augusto do segmento de Empresários endossou a posição apresentada pelo segmento de Entidade Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa de que é preciso formar um fórum de negociação no Conselho, para promover as pactuações necessárias. Em seguida, o conselheiro Marcos Landa do segmento Movimento Popular informou que o segmento se reuniu com o segmento de ONG e afirmou que é preciso aprofundar a discussão e propôs como encaminhamento a constituição de uma comissão do Conselho com representantes de todos os segmentos para aprofundar as questões provenientes dos seminários. O Secretário-Executivo do Conselho informou que o Poder Público Federal também se reuniu e concordam que é preciso aprofundar a discussão com a constituição de uma comissão e propõe encaminhar o documento final desta comissão para a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência que tem como atribuição promover o relacionamento do Executivo com o Congresso Nacional. Finalizando as exposições dos segmentos, a Secretária Teresa Jucá ponderou que os seminários regionais foram muito importantes e suscitaram a discussão em torno do PL, no entanto, foi realizado no período eleitoral e isto pode ter colaborado para o esvaziamento do seminário em algumas regiões. A Secretária endossou que a Secretaria Nacional de Programas Urbanos - SNPU terá papel ativo na comissão, assumindo o papel de coordenação dos trabalhos. O conselheiro Miguel Lobato enfatizou a importância da presença do Poder Público Federal nesta comissão e ressaltou que além da SNPU é preciso que a Secretaria Nacional de Habitação também participe efetivamente das reuniões.

2. Apresentação de proposta de posicionamento do ConCidades sobre o PL 3.057/00 e deliberação do Plenário. Devido à alteração na pauta, o Secretário-Executivo convidou a conselheira Mércia Alves, para apresentar à plenária a proposta de Resolução Administrativa do GT PL 3057/00, que dispõe sobre a constituição de Comissão de Articulação e Pactuação para elaboração de propostas para o Projeto de Lei nº 3057/00. A conselheira apresentou que o Grupo de Trabalho propõe esta resolução devido à observância de uma série de questões que não são consensos e que é preciso formar uma comissão para pactuar entre os segmentos sobre essas questões. O conselheiro Marcos Landa propôs alteração na redação da ementa, de forma que a Comissão seja de elaboração, articulação e pactuação. O Sr. Celso Carvalho expôs que entende que esta Comissão é de articulação e pactuação para elaborar propostas ao Projeto de Lei. Desta forma, defende que seja denominada como “Comissão de Articulação e Pactuação”. O plenário aprovou a segunda proposta. A conselheira Arlete Moysés e o conselheiro Jurandir Guatassara propuseram a inclusão de artigo prevendo que as propostas elaboradas pela Comissão seja submetidas ao plenário do ConCidades. O conselheiro Marcos Augusto afirmou ser contrário à proposta apresentada. O plenário aprovou a inclusão de Parágrafo Único com a redação proposta pelos conselheiros Jurandir Guatassara e Arlete Moysés. Em seguida, o conselheiro Miguel Lobato defendeu a supressão do Artigo 3º, que trata dos temas a serem tratados pela Comissão, para

não restringir os trabalhos do grupo. O plenário aprovou a seguinte redação para o Artigo 3º “Os trabalhos da Comissão serão pautados pelas diretrizes estabelecidas no Estatuto da Cidade, na Política Nacional de Habitação e nas propostas aprovadas nas Conferências Nacionais das Cidades.” Em seguida, o Sr. Elcione Diniz propôs alteração da redação, substituindo “considerando que o Conselho das Cidades não concorda com o texto integral” por “considerando que o Conselho das Cidades, por meio de seus segmentos, tem contribuições a formular ao texto do Projeto de Lei nº 3057/00”, de forma a enfatizar que o ConCidades considera o PL importante, no entanto, este precisa ser debatido e aprimorado. A proposta foi aprovada pelo plenário. **3. Lançamento do Selo Comemorativo do Brasil no Ano Internacional do Saneamento.** Foram convidados para compor a mesa o Ministro das Cidades, Sr. Marcio Fortes, o Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, Sr. Fernando Lopes, o Presidente dos Correios, Sr. Carlos Henrique Custódio, o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Sr. Leodegar Tiscoski, o Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Sr. Elcione Diniz, o Diretor Comercial dos Correios, Sr. Samir Hatem e a Sr. Regina Ferreira, conselheira integrante do Grupo de Trabalho do Ano Internacional do Saneamento no Brasil. O Presidente e o Diretor Comercial dos Correios convidaram o Ministro das Cidades para a primeira obliteração do carimbo comemorativo alusivo à data de lançamento do selo. Em seguida, o Ministro recebeu do Presidente dos Correios o álbum com as peças filatélicas lançadas e a réplica do carimbo. Também foram convidados para a obliteração do carimbo comemorativo o Secretário-Executivo do Ministério das Comunicações, o Secretário Nacional de Saneamento Ambiental e a representante do Grupo de Trabalho do Ano Internacional do Saneamento no Brasil. O Sr. Carlos Henrique Custódio saudou a todos e enfatizou o significado do lançamento do selo comemorativo do Brasil no Ano Internacional do Saneamento, visto que as peças filatélicas são equiparadas a documentos oficiais que registram os fatos históricos do país. O Secretário Leodegar Tiscoski relatou as ações desenvolvidas em 2008 em busca de uma nova realidade do saneamento no Brasil e propôs a instituição do Biênio Nacional do Saneamento 2009/2010 como um marco para a efetiva transformação do saneamento no Brasil. O Ministro Marcio Fortes enfatizou que devido às ações realizadas pelo governo federal na área do saneamento, esta é uma política que faz parte da pauta dos entes federados. **4. Assinatura da Instrução Normativa nº 47 do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - CGFNHIS.** O Ministro das Cidades, Sr. Marcio Forte assinou a Instrução Normativa que regulamenta a Ação de Apoio à Produção da Moradia do Programa de Habitação de Interesse Social operada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS válida para o período 2008-2011 e informou que o processo de seleção para o repasse de recursos do FNHIS abrangerá todo o território nacional. **5. Relato dos encaminhamentos das Resoluções aprovadas na 17ª reunião ordinária do Conselho das Cidades.** O Secretário-Executivo, Sr. Elcione Diniz relatou que as Resoluções Normativas nº 08 e nº 09, as Resoluções Recomendadas nº 52 e nº 55 e a Resolução Administrativa nº 12 e nº 15 já foram publicadas no Diário Oficial da União. Com relação à Resolução Administrativa nº 11 que dispõe sobre a constituição de grupo de trabalho para elaborar proposta de Projeto de Lei para criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, já foi constituído o GT e a primeira reunião ocorreu em 08 de setembro de 2008. A Resolução Administrativa nº 13 que aprova a realização da “Campanha Nacional pela Moradia Digna” foi encaminhada para publicação. Relatou ainda que a Resolução Administrativa nº 14 que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para avaliação do Programa de Arrendamento Residencial – PAR está sob análise da Consultoria Jurídica - CONJUR e a Resolução Recomendada nº 54 que recomenda o acompanhamento da implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, por parte do Conselho das Cidades, em âmbito nacional, bem como dos Conselhos das Cidades ou similares existentes nos demais entes da federação, naqueles Estados e Municípios que estejam recebendo repasses e financiamentos do Governo Federal não foi homologada e publicada, devido à orientação da CONJUR de consultar os demais Ministros de Estado, pois já existe regulamentação superior que determina o funcionamento do acompanhamento nos estados. A

Resolução Recomendada nº 56 que recomenda a aprovação do Projeto de Lei nº. 1.991/2007, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências também foi encaminhada para publicação. **6. Votação das Resoluções.** O Sr. Elcione Diniz deu início a votação das resoluções e apresentou a proposta de Resolução Administrativa que dispõe sobre o acompanhamento das resoluções do ConCidades. A resolução foi aprovada sem alterações pelo plenário. Em seguida, o Secretário-Executivo iniciou a leitura de Resolução que recomenda ao Poder Executivo Federal que encaminhe à Secretaria de Relações Institucionais o posicionamento de que qualquer alteração à Lei 11.445/07 seja submetida ao Conselho das Cidades para apreciação. Houve debate no plenário sobre o instrumento utilizado, pois a proposta aprovada no Comitê Técnico de Saneamento Ambiental foi uma moção de repúdio. No entanto, o Sr. Elcione Diniz esclareceu que o instrumento previsto no Regimento Interno do Conselho das Cidades é a resolução. Também houve debate sobre a ementa da resolução e o plenário aprovou a resolução alterando a redação da ementa para “recomenda ao Ministério das Cidades que encaminhe à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República o posicionamento, do Conselho das Cidades, contrário à aprovação do dispositivo do Projeto de Lei nº 3.651/2008 que suprime o art. 45 da Lei 11.445/2007.” Logo após, o Sr. Elcione Diniz apresentou a Resolução que recomendada ao Ministério das Cidades que transmita ao Ministério do Meio Ambiente manifestação de apoio do Conselho das Cidades à proposta de extensão, até o ano de 2009, do prazo para implantação da fabricação dos ônibus e caminhões com motores para o diesel S 50, devendo a perda na redução da poluição ser compensada com a mudança do prazo de implantação do S 10 ppm, de 2016 para 2012. A proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade. Por último, o Secretário-Executivo apresentou resolução que recomenda a inclusão de emenda à Resolução Recomendada nº 50, de 02 de abril de 2008, com o objetivo de acrescentar à estrutura formal administrativa a ser criada no Ministério das Cidades a atribuição de impulsionar o trâmite da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos para implementação e institucionalização dessa política. A Comissão Coordenadora sugeriu que a inclusão prevista na ementa ocorra por meio de acréscimo de inciso no Art. 1º da Resolução Recomendada nº 50, ao invés de incluir um parágrafo único com este teor como propõe a resolução em discussão. A proposta de Resolução foi aprovada pelo plenário com a sugestão da Comissão. **7. Proposta de Emenda à Constituição - PEC nº 13/03.** A conselheira Arlete Moysés apresentou ao plenário a carta que a Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB encaminhou para os deputados e senadores brasileiros manifestando a preocupação com a possível aprovação de Proposta de Emenda à Constituição nº 13/03, que devolve aos estados a atribuição para criar novos municípios e enfatizou a necessidade do ConCidades inserir esse debate na sua pauta. O conselheiro Nelson Saule propôs que a PEC seja pauta da próxima reunião do Conselho. O plenário aprovou a proposta de pauta para a 19ª Reunião Ordinária do ConCidades. **8. Informes dos Comitês Técnicos e dos Grupos de Trabalho.** O Secretário Nacional Luis Carlos Bueno apresentou o relato do Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana em que o Diretor-Presidente do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, Sr. Alfredo Peres apresentou os resultados alcançados com a alteração do Código de Trânsito Brasileiro, com relação ao uso de bebida alcoólica e informou ainda sobre os recursos previstos para Secretaria. Em seguida, o Sr. Sérgio Gonçalves apresentou o relato do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental. Informou sobre os encaminhamentos do Decreto de Regulamentação da Lei nº 11.445/07 e que o Ministério das Cidades firmou convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para a elaboração da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico que será apresentada em 2009 e será subsídio para a construção do Plano Nacional de Saneamento Básico. Informou ainda que a Secretaria está finalizando as cartilhas de orientação para a formulação dos planos municipais de saneamento. O Comitê definiu sua agenda para o ano de 2009, elegendo as ações prioritárias e discutiu e validou o documento “Projeto Estratégico do Plano Nacional de Saneamento Básico”. Informou ainda que o Comitê definiu que cada segmento apresentará as suas perspectivas com relação ao setor saneamento e que a primeira apresentação foi do

segmento de Empresários. A Sra. Júnia Rosa relatou que o Comitê Técnico de Habitação discutiu sobre a proposta de programa para a habitação rural e apresentou o balanço da adesão dos estados e municípios ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Foi realizada ainda discussão acerca da finalização do Plano Nacional de Habitação - PLANHAB. Por último, o Sr. Renato Balbim relatou que o Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano discutiu os encaminhamentos da Resolução Recomendada nº 22 e a Resolução Recomendada nº 50 do ConCidades. Informou que o Comitê discutiu ainda sobre a PEC nº 13/03, definiu encaminhamentos sobre a articulação do Ministério das Cidades com o [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária](#) - INCRA para a regularização fundiária em áreas do INCRA e discutiu sobre imóveis do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O Secretário-Executivo, Elcione Diniz se comprometeu a apresentar o balanço dos encaminhamentos relacionados à Resolução Recomendada nº 50 na próxima reunião do Conselho. Em seguida, a conselheira Arlete Moysés apresentou o relato das reuniões da Coordenação Executiva do ConCidades. Logo após, o conselheiro Jurandir Guatassara apresentou o relato do GT Agenda, a conselheira Mércia Alves relatou os trabalhos do GT Orçamento, o conselheiro Vidal Barbosa apresentou os trabalhos do GT PAC, a conselheira Regina Ferreira apresentou o relato do GT PLANSAB e a conselheira Tiguça Santos do GT do Ano Internacional do Saneamento no Brasil. No encerramento dos trabalhos, o Secretário-Executivo, Sr. Elcione Diniz, e o Senhor Ministro Marcio Fortes de Almeida, se despediram e agradeceram a presença de todos.